

O EXPANSIONISMO AGRÁRIO E A ALTERAÇÃO DA PAISAGEM NA REGIÃO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, A PARTIR DA DÉCADA DE 1970.

Tiago João Benetti¹

Maria Angélica Petrini²

Rafael Carlos Bispo³

RESUMO

Este instrumento de pesquisa é voltado para as transformações ocorridas na alteração da paisagem na região do município de Xanxerê – SC, a partir da década de 1970, este trabalho pretende explorar as mudanças ocorridas na biodiversidade local após a instalação das comunidades de migrantes, que gradativamente impuseram aos ambientes significativas alterações em suas configurações sociais e ambientais, impulsionadas, principalmente, pela introdução em grande escala, de monoculturas e o expansionismo das grandes propriedades, contribuindo para o redesenho das características naturais da região, através da utilização e interpretação de imagens de satélite, *softwares*, tabelas e dados obtidos através do IBGE além de levantamento bibliográfico sobre a colonização do Oeste Catarinense visando identificar os impactos na paisagem e no modo de vida local decorrentes desse processo.

Palavras-chave: Oeste catarinense. Colonização. Expansão agrícola. Paisagem.

1 – INTRODUÇÃO

Este instrumento de pesquisa é voltado para as transformações ocorridas na alteração da paisagem e manifestações acerca do uso da terra na região de Xanxerê – Santa Catarina, a partir da década de 1970, este trabalho pretende explorar as mudanças ocorridas na biodiversidade local após a instalação das comunidades de migrantes, que gradativamente impuseram aos ambientes significativas alterações em suas configurações sociais e ambientais, impulsionadas, principalmente, pela introdução em grande escala, de monoculturas e o expansionismo das grandes propriedades, contribuindo para o redesenho das características naturais da região.

¹ Historiador, pós graduando do curso de Especialização em Concepções Multidisciplinares de Leitura do Instituto Federal de Santa Catarina, campus Xanxerê. tjbenetti@hotmail.com

² Geógrafa e Doutora em Engenharia Agrícola. Docente do Instituto Federal de Santa Catarina, campus Xanxerê. maria.petrini@ifsc.edu.br

³ Geógrafo e Doutor em Engenharia Agrícola. Docente do Instituto Federal de Santa Catarina, campus São Miguel do Oeste. rafael.bispo@ifsc.edu.br

Partindo deste pressuposto, estimasse que as transformações na paisagem e o uso de tecnologias agrícolas servem ao propósito de alterar o curso natural das plantas e das comunidades envolvidas, efetuando a produção em larga escala, promovendo as alterações nas interações dos grupos sociais envolvidos e a definitiva alteração na paisagem, beneficiando pequena parcela da população através destas inovações que ao mesmo tempo em que facilitaram o trabalho, e impulsionaram a produtividade, impossibilitam pequenos produtores a competir ou adequar-se às inovações e conseqüentemente, manter-se na zona rural, modificando o quadro secular relacionado ao que se pode denominar homem/natureza.

A região escolhida para objeto deste estudo está localizada no Oeste Catarinense, mais precisamente na região da cidade de Xanxerê⁴, abrangendo localidades próximas, devido ao recorte geográfico, tendo como base de dados, a sede do município acima citado.

2 – METODOLOGIA

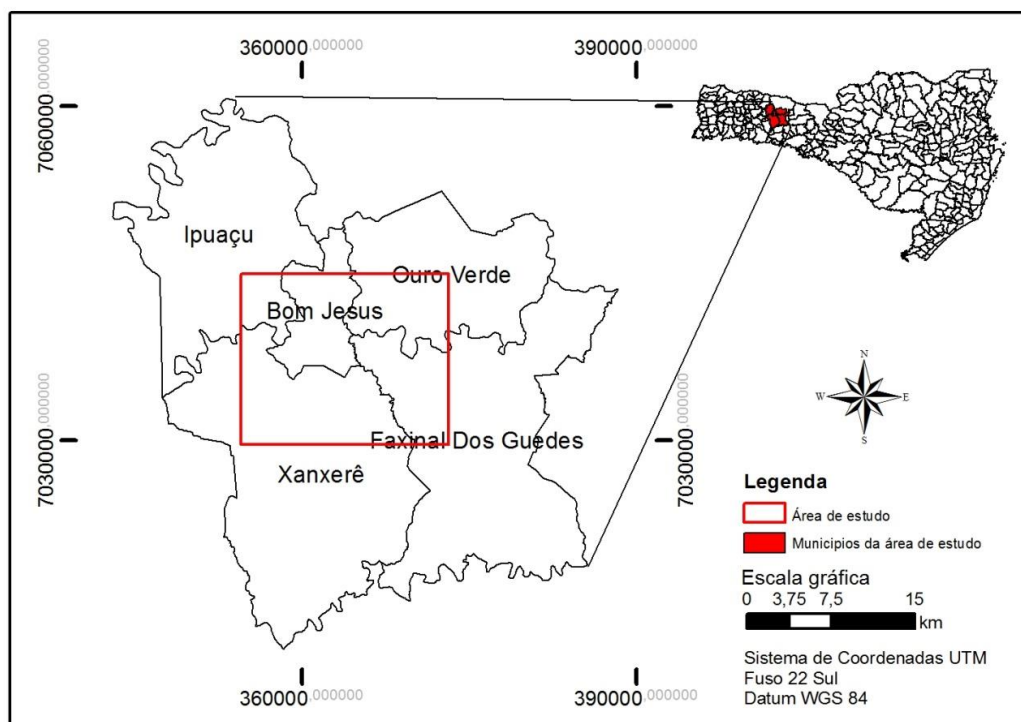
Este trabalho foi realizado a partir de levantamento bibliográfico sobre a colonização do Oeste Catarinense e os impactos na paisagem e no modo de vida local decorrentes desse processo.

A título de exemplificação das alterações ocorridas na paisagem, foi realizado um mapeamento das áreas de mata na região em estudo, a qual está ilustrada no mapa 1. Para tanto, foram utilizadas imagens do satélite Landsat 2 para o ano de 1979 e do Landsat 8 para o ano de 2018. Tais imagens são disponibilizadas gratuitamente pela Nasa, agência espacial norte-americana. As áreas de matas foram identificadas nas imagens de satélite através do classificador SVM – *Support Vector Machine* disponível no *software* ENVI. Depois foram calculadas as respectivas áreas de mata mapeadas a fim de quantificar a evolução do desmatamento no período. Os *softwares* ArcGIS e Quantum GIS foram utilizados na confecção dos mapas finais.

Além disso, dados anuais de produção agrícola municipal e do número e área dos estabelecimentos agropecuários foram extraídos do SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática (Tabelas 1612 e 6722, respectivamente) e organizados em

⁴ O município de Bom Jesus-SC foi desmembrado do município de Xanxerê e emancipado a partir de 19 de julho de 1995. Hoje é composto por 09 comunidades, incluindo a sede. A sua economia baseia-se fundamentalmente na agropecuária, com uma população atual de 2.821 habitantes (2.357 eleitores), (fonte: IBGE / ano 2012), dos quais 55% residem no meio rural.

tabelas para traçar uma linha evolutiva da produtividade agrícola x devastação da paisagem. Abaixo maiores informações sobre a região de estudo.



Mapa 1 – Localização da área de estudo. Fonte: elaborado por Rafael C. Bispo, 2018.

Neste sentido, após breve reflexão sobre o assunto, e algumas delimitações teóricas, surge o questionamento: como é possível, em um espaço de tempo relativamente pequeno, em uma região com baixa densidade demográfica, as transformações econômicas e sociais possibilitaram a referida localidade tornar-se um celeiro de grãos⁵ e referencia em produtividade monocultora, transformando a paisagem existente drasticamente?

2 – A CONFIGURAÇÃO AGRÍCOLA DE XANXERÊ – SC, E SUAS RELAÇÕES COM A HISTÓRIA AMBIENTAL, A GEOGRAFIA AGRÁRIA E AS ALTERAÇÕES DA PAISAGEM.

O impulso expansionista e a tentativa de manutenção de território por parte do governo brasileiro, e a incessante busca por novas áreas para cultivo agrícola e criação

⁵ Uma importante informação sobre o gradativo expansionismo agrícola e reconhecimento acerca da produtividade local está relacionada à criação da Festa Estadual do Milho, (FEMI) na cidade de Xanxerê em 1982, com intuito de fomentar a produção e industrialização desta cultura, além disseminar informações sobre o cultivo e a sua utilização, trazendo o título de capital estadual do Milho para a cidade.

de animais, proporcionaram para a região do Oeste de Santa Catarina especial demanda e rigorosa atenção, uma hora que já havia tido a soberania sobre o referido território ameaçada, iniciando a instalação de colônias militares, com objetivo de legitimação e garantia de posse para a ocupação destas localidades. Para tanto,

O Governo Imperial brasileiro criou a colônia militar de Chapecó, também chamada de Xanxerê, em terras da margem esquerda do rio Chapecó, pelo Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859. A Argentina reclamou então contra a criação dessas colônias militares alegando que as terras estavam em litígio, o que retardou a instalação da referida colônia até 14 de março de 1882. Foi diretor da colônia militar de Xanxerê, o capitão José Bernardino Bormann, que a dirigiu durante 17 anos, dando-lhe grande impulso e progresso. Posteriormente, a colônia militar de Xanxerê decaiu e, no ano de 1890, era um distrito do Município de Palmas, tal como Passo Bormann, Campo-Erê e Chapecôzinho. Após a proclamação da República, em 1889, os Estados do Paraná e Santa Catarina continuaram sustentando os seus respectivos pontos de vista sobre as terras. A intervenção amistosa do Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz, em 1916, conseguiu solucionar a questão por acordo. E, dentre outros municípios do território contestado, passou para o Estado de Santa Catarina, pela Lei estadual nº 1.147, de 24 de agosto de 1917, o então Município de Chapecó, tendo por sua sede, conforme estabelecia a mencionada Lei, a povoação de Passo Bormann, e sua instalação se realizou a 15 de novembro de 1917. Entre seus distritos, figurava o de Xanxerê. O Município de Xanxerê, desmembrado do de Chapecó, surgiu em 1953. (IBGE, 1967, número 107, p. 01-02).⁶

A maneira como os espaços naturais eram explorados, mudam a identidade e a visão do uso da terra, alterando os meios de relacionamento com os espaços comunais, especialmente em função da chegada de novas levas de moradores, que viam os recursos naturais e

O acesso e uso em comum da terra, contudo, torna-se mais precário a medida que avançam as relações sócio-econômicas naqueles espaços, onde a apropriação privada das terras, o cercamento, a colonização e a exploração madeireira se fazem sentir, dando início a desagregação da prática do usufruto em comum da terra, o que passa a ocorrer com maior intensidade a partir das primeiras décadas do século XX. (BRANDT, 2012, p.05).

Ao tratarmos das transformações ocorridas a partir dos meados do século XX na região Oeste catarinense, é possível observar as gradativas rupturas e alternadas transformações da paisagem, onde o gradativo expansionismo agrícola e exploratório das matas remanescentes da região proporcionaram diversas transformações do ambiente local, possibilitando o desenvolvimento de centros urbanos e diferentes culturas agrícolas e de extrativismo, sendo que

Na primeira metade do século XX, após o processo de colonização no Oeste de Santa Catarina, houve a intensificação do desmatamento em função das

⁶ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/xanxere.pdf> > acesso em 11/11/2018 às 14h40.

instalações das madeireiras e início das atividades agrícolas. A venda da madeira foi caracterizada como a atividade de maior importância em diferentes regiões do estado. A segunda metade do século XX trouxe a busca por novas atividades para a região, em função do declínio da extração e devido à falta de matéria-prima, com a escassez de árvores. (MORETTO, 2017, p. 107-108).

Embora, o tema colonização no Oeste catarinense seja recorrente e de incontestável qualidade em produções acadêmicas, ao tratarmos as produções científicas disponíveis a partir de uma abordagem ambiental, e para proporcionar o entendimento das alterações ocorridas nesta região acima descrita, a história ambiental serve, segundo Moretto, 2017, p. 108 para “suprir tais carências”, no caso, teóricas e descritivas das mudanças ocorridas.

De acordo com Dean, 1991, p. 221, o debate sobre a exploração dos recursos naturais por diferentes culturas e sociedades, “acontece em diferentes formatos, demonstrando que cada organização social usufrui da natureza conforme suas necessidades e experiências.” Muitas vezes mesclando e utilizando de técnicas que possibilitem maior produtividade com menor esforço, ou mesmo aprendendo a cultivar conforme as especificidades do ecossistema local, abdicando conhecimentos disseminados por outras culturas que habitam próximo aos campos cultiváveis, como o exemplo da coivara, técnica de queimada e plantio indígena amplamente difundida entre os caboclos⁷ e os europeus, exemplificando de maneira prática, como uma cultura se apropria de elementos de outras em busca de melhores condições de vida.

Ao tratarmos de alteração de paisagens, o trabalho de Worster, 2003, p. 36, afirma que “a história ambiental, é em resumo, parte de um esforço para tornar a disciplina de história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido”.

Os avanços agrícolas e o expansionismo da monocultura, que sofriram influência de tendências mundiais e ideias de outras partes do mundo, alguns eles de longa data, gradativamente exerceram influência sobre a paisagem natural. O que antes, embora explorada, mas com menor proporção destrutiva, visando o lucro e a melhoria contínua na produtividade e nos métodos de plantio e colheita, assim como o uso de diferentes componentes químicos e mecânicos com intenção de atender a demanda comercial de

⁷ “estamos trabalhando com a ideia do morador ancestral dos campos brasileiros, e neste momento voltado a região Oeste de Santa Catarina. São moradores muitas vezes descendentes de indígenas, imigrantes europeus e afrodescendentes, identificando-se mais com o modo de vida em comum do que com a questão racial”. (RENK, 2006, p. 06).

produtos selecionados, fazendo com que a paisagem destas localidades necessitasse a obrigatória adaptação aos propósitos científico e capitalista.

A necessidade de continua ampliação dos campos cultiváveis e a busca de maior produtividade com o menor custo (monetário, neste sentido, desconsiderando os reflexos ambientais) transformou as rotinas agrárias como a rotação de culturas e sistemas de descanso de solos inviáveis aos propósitos expansionistas e financeiros, alterando, em muitas maneiras o relacionamento com a terra e o modo exploratório agrícola, com diversas mudanças e instigando a implantação de uma nova concepção de plantio, onde

Um sistema de agricultura inspirado na biologia, baseado em cuidadosas rotações de culturas e buscando um maior equilíbrio entre plantas e animais, falhou ao não estabelecer-se de forma duradoura e confiável no imaginário dos proprietários de terras capitalistas. A razão para isso foi que, no longo prazo, este tipo de agricultura interferia com o sistema de economia de mercado. Em outras palavras, têm havido dois tipos de lógicas na agricultura moderna – a do cientista e a do capitalista – e com muita frequência, elas não têm estado de acordo. (WORSTER, 2003, p. 36).

Outra razão para a longa tendência da agricultura capitalista em direção à simplificação radical, a monocultura, consistiu na ascensão quase simultânea da ciência moderna, tanto prática quanto teórica, e sua aplicação aos problemas agrícolas. A “revolução agrícola” que começou na Inglaterra durante o século XVIII foi um fenômeno dual: uma de suas metades foi capitalista, a outra científica, e as duas metades nunca foram completamente compatíveis. (WORSTER, 2003, p. 36).

O entendimento a respeito das dinâmicas sociais envolvidas neste processo proporciona maior entendimento sobre a construção, rupturas estruturais e reconfiguração da paisagem natural através de diferentes abordagens e ferramentas voltadas ao expansionismo agrário e reorganização cultural dos grupos sociais envolvidos, inclusive neste caso, voltado à região Oeste de Santa Catarina, onde, podemos verificar que é possível entender as mudanças citadas, visto que

Neste modelo explicativo, tudo o que foi produzido ou transformado pela ação de homens e mulheres pertence à cultura, enquanto os lugares intocados e as criações independentes da ação humana são parte da natureza. [...] A domesticação de animais, de plantas e de paisagens é uma face da intensa e profunda interação entre humanos e o meio biofísico. A domesticação de plantas é um processo longo de coevolução, de ligação entre o natural e o cultural, que produz mudanças genéticas e fenotípicas nas plantas, tornando-as mais úteis aos humanos e mais adaptadas às suas intervenções. (GERHARDT E NODARI, 2016. p. 02-03).

As referidas transformações e relações de trabalho e de cultura popular imposta pelos humanos ao meio ambiente agem de formas transformadoras e muitas vezes predatórias no ambiente, contribuindo, drasticamente e em acelerado ritmo, para a alteração do ecossistema. Neste sentido, segundo GERHARDT E NODARI, 2016, p. 06, a paisagem sofre transformações baseadas em “uma combinação de características naturais com a ação transformadora do trabalho humano, uma sobreposição de camadas de memória”.

Embora a paisagem sofra transformações devido a ação humana, não se separa elementos humanos dos naturais, onde,

A biodiversidade pode ser, por isso, um patrimônio ambiental, tanto aquela de origem estritamente natural quanto a produzida por uma combinação da natureza com o cultivo humano. (GERHARDT E NODARI, 2016, p. 08.

A monocultura como observou acima, busca justamente a simplificação destes complexos sistemas envolvendo ambiente e cultura.

De acordo com Brandt, 2012, relacionado às paisagens caboclas do planalto catarinense, estendendo-se este modelo a região Oeste do estado de Santa Catarina, gradativamente sofreu alterações e rupturas estruturais na paisagem e uso da terra. A concepção de patrimônio privado entendida pelos posseiros, ia na contramão do modelo visado pelos novos moradores (colonos) e da proposta advinda das empresas colonizadoras.

As diferentes maneiras ou concepções ao modo de usufruir a terra, geram conflitos e modificações de paisagem de acordo com o entendimento de pertencimento e exploração dos lotes coloniais, não tornando possível uma convivência amigável entre os grupos sociais envolvidos, muitas vezes impossibilitando a imobilidade social, principalmente por parte dos caboclos, influenciando, diretamente na alteração e formação de novas paisagens, ações naturais e suas características. As percepções acerca do relacionamento homem/natureza nos traz o debate acerca das inter-relações e concepções em larga e pequena escala sobre as possibilidades de exploração dos recursos naturais e alterações de percepções sobre posse, limites, usos e costumes acerca das vontades e significados da terra para diferentes grupos sociais.

3 – COLONOS MIGRANTES E NOVAS PERSPECTIVAS NO USO DA TERRA.

A instalação ou concessão de terras a dezenas de empresas colonizadoras, como estratégia de cercamento das áreas disponíveis, demonstram e tentativa de manutenção e posse de espaços considerados de importância econômica e de atuação das empresas responsáveis pela comercialização dos lotes rurais e da exploração de recursos naturais ali existentes, como pode ser citado, nesse contexto, o arrendamento de grandes áreas de terra a empresários com intuito da exploração da erva-mate nativa ou podem ser observadas, por exemplo, na verificação do

Decreto no 21/1925, que considerava as invasões ou ocupações ilegais como posses criminosas, possíveis de despejo, ou seja, fechava-se o cerco às áreas caboclas. Se “aos caboclos as ações do Estado iam em direção à criminalização, em relação às colonizadoras, iam em direção oposta.” (RENK E WINCKLER, 2017, p. 314).

Gradativamente, com a atuação das empresas colonizadoras na região, oferecendo porções de terra que possibilitavam a vinda de levas de migrantes, os conflitos entre as colonizadoras pelo direito de atuar em certas áreas de terras também foram frequentes, demonstrando o lucrativo negócio que essa atividade gerava.

A vinda das famílias de imigrantes deu-se por diversos fatores, desde o inchaço das comunidades rurais no Rio Grande do Sul, ou outros fatores expansionistas mais especificamente relacionados com os seguintes propósitos.

A instalação de pequenas propriedades no Oeste catarinense, por volta da metade do século XX, muda o cenário existente pré-empresas colonizadoras, alterando a imagem do campesinato caboclo para o campesinato étnico, advinda dos descendentes de europeus vindos do Rio Grande do Sul, como descreve RENK, 2017. Os indígenas e caboclos tornam-se uma minoria marginalizada perante o novo expansionismo colonial neste sentido,

A partir de então este processo de apropriação/expropriação, acompanhada de desagregação de antigos hábitos e costumes da população sertaneja, como a posse da terra, juntamente com outros fatores, como a existência de grandes latifúndios, o coronelismo, a religiosidade da população sertaneja e a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, provocaram a eclosão da Guerra do Contestado, que assolou a região entre os anos de 1912 e 1916. Após a destruição da resistência sertaneja e o Acordo de Limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina em 1916, intensifica-se a colonização da região. (BRANDT, 2012, p. 06).

Os acontecimentos acima citados, gradativamente, montam um cenário propício para o expansionismo agrícola e territorial proposto pelo Estado, focando os esforços governamentais acerca da promoção de eventos que possibilitariam a vinda dos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul.

As paisagens e os modos dos povos seculares se relacionarem com a terra sofrem graves alterações no decorrer das décadas de 1960 e 1970, principalmente nas regiões onde a vinda de migrantes é incentivada pelo governo, sendo possível observar mudanças frequentes nas abordagens de produtividade agrícola até os dias atuais, em um universo onde o progresso não mede esforços para atender seus objetivos.

O deslocamento desse contingente foi essencialmente por razão interna ao campesinato, sua reprodução social. As condições de aquisição de lotes nas áreas florestais eram mais favoráveis do que no Rio Grande do Sul. Deslocar-se da “serra” (como nominavam os agricultores descendentes de alemães) era um imperativo para continuar na condição de pequeno agricultor. O que se observa aqui, é que “o contingente migrante trará uma concepção mais mercantilizada da propriedade, embora não possa dizer que a terra seja sempre mercadoria estrito senso”. (RENK E WINCKLER, 2017, p. 315).

Neste sentido, suprindo estas demandas, diversas novas colônias foram implantadas em toda região, conflitando diretamente com as concepções sociais e identidade de grupo dos caboclos. O fator de pertencimento a terra, neste momento, conflitando ambas as partes, impuseram as colonizadoras o papel de efetuar a retirada dos moradores das novas glebas de terra adquiridas pelos colonos, muitas vezes com o auxílio ou mediação do Estado, utilizando, inclusive, o monopólio do uso da força por parte das autoridades oficiais. Nesse processo, podemos trazer a imagem do *Outsider* (marginal) e do estabelecido, que escreveu John Scotson e Norbert Elias, onde ficou de responsabilidade do caboclo, ou brasileiro a imagem do renegado ou o semblante daquele que não era bem vindo à nova organização social que engatinhava na região. Nestes conflitos,

Em tese, as companhias colonizadoras tiveram a responsabilidade da retirada dos posseiros, que passavam a ser nominados por intrusos, fazendo a limpeza das terras. Em parte, houve o uso da força policial, de forças das próprias companhias e de outros subterfúgios que não serão nunca explicitados. Muitos se engajaram nas atividades extrativas da erva-mate ou das madeiras, outros foram ao “Paraná”, local não concorrido pelas colonizadoras. (RENK E WINCKLER, 2017, p. 315)

Embora houvesse escolha de etnias específicas para a venda dos terrenos, (priorizando as etnias italianas, alemães e poloneses, em um primeiro momento e em diferentes levadas migratórias), as adversidades da região impuseram um grande preço aos novos moradores. Para melhor adaptação ao ambiente, houve a necessidade de apropriação cultural de outras etnias, (alimentação, trato com animais, utilização da

terra, manejo das águas, dentre outros) embora muitas vezes isso não seja visto com orgulho por parte dos migrantes, é visível a apropriação de diversos fatores caboclos em seu cotidiano, ora utilizados totalmente, ora adaptados às suas realidades, assunto que será gradativamente explorado nesse capítulo.

A exploração agrícola nesta nova modalidade de propriedade, normalmente menor que os campos de criação extensiva no Rio Grande do Sul, iniciam com produção agrícola diversificada, além do trabalho basicamente familiar empregado nos lotes coloniais.

A vegetação que compunha o ambiente era variada, desde árvores de madeira de lei⁸, como taquarais, vegetação rasteira, cipós e diversos tipos de ervas consideradas daninhas⁹ para as plantações. Muitas dessas variáveis apresentavam certo perigo para os colonos, que necessitaram adaptarem-se as novas formas de interagir com a natureza, muitas vezes, fazendo uso de queimadas ou força para atingir seus objetivos.

A exploração da mata local proporcionava diversos acordos entre as partes envolvidas, como podemos observar na citação acima, e possibilitava troca de interesses, uma hora que a empresa colonizadora garantia as melhores madeiras para a exploração e o colono conseguia “abrir” a mata para efetuar o plantio, além de garantir acessos (estradas) à sua propriedade, reduzindo o isolamento do campo.

A apropriação desses lotes coloniais não ocorreu sem devida resistência da população local, que não concordava com a vinda dos empreendimentos coloniais avalizados pelo governo. Diversos foram os relatos de conflitos na região envolvendo posseiros e colonos, os métodos de organização social e relação com a terra entram em conflitos ideológicos, onde não havia mais espaços para as manifestações culturais e locais de memória para os indígenas e os caboclos. Podemos observar que

O projeto colonial estabeleceu os valores e radicalizou na imposição de ideologias a na negação da própria identidade. Apresentar-se como indígena ou caboclo era motivo de chacota. (BRIGUENTI, 2015, p. 210).

Nesse contexto, observamos que os indígenas e caboclos se tornaram “outsiders” ou indesejados em suas próprias terras.

A apropriação de grandes espaços de terra e a alteração destas paisagens, ao longo do século XX, através de diversas tecnologias (fogo, machado e motosserra entre

⁸ Além da araucária, destacava-se a derrubada do Cedro, da Imbuia, Rabo de Bugio, Angico entre outras espécies consideradas nobres, servindo como matéria prima para diversas finalidades.

outras) buscou a abertura de novos campos e é claro, a obtenção de madeiras para comercialização. A cultura expansionista aliada ao

O processo de colonização trouxe grandes transformações para o Oeste Catarinense, não apenas em relação à ocupação e povoamento do território, mas também no tocante às relações sociais que se desenvolveram nas novas colônias, alterando modo de vida, lazer, trabalho, uso da terra e o cotidiano cultural dos colonos. É importante ressaltar que este processo de colonização não foi espontâneo, mas induzido pelo governo, que julgava pouco eficiente a forma de ocupação pré-existente, feita por grupos sociais diversos, como os índios, caboclos e fazendeiros. (CORAZZA, 2016, p. 12)

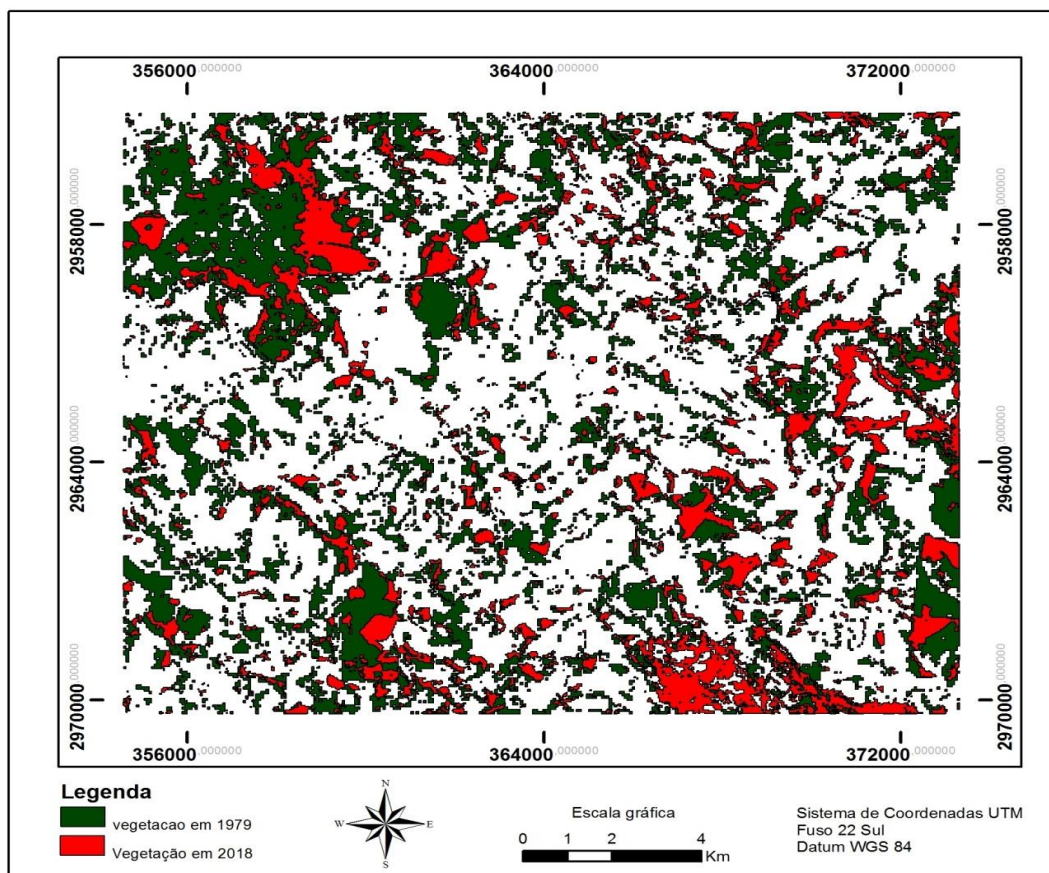
A alteração de funcionalidade e a nova proposta de gestão e exploração das terras catarinenses, após a implantação das empresas colonizadoras e da presença da propriedade privada em grande parte do território estadual, alteraram definitivamente o modelo e os meios de vida e de relacionamento com a mesma por parte dos povos indígenas e caboclos. Nesse contexto, as mudanças acima citadas causaram diversos conflitos, desde a necessidade de manutenção da biodiversidade e a renovação da vida, assim como inversão de valores e reorganização social em todas as esferas dos grupos envolvidos.

De acordo com o que foi debatido anteriormente, percebe-se que a presença dos colonos na região não passou despercebida pelos caboclos e indígenas, e definitivamente alteraram os meios de convivência entre os povos envolvidos. A presença dos imigrantes está diretamente relacionada a conflitos por divisas, exploração e manutenção dos lotes coloniais, onde a presença frequente da empresa colonizadora trabalhando diretamente com os novos moradores, tendo a exploração da madeira como complemento financeiro pelos serviços e despesas no preparo da terra, propaganda e documentação necessária para efetivar o colonato em Santa Catarina.

3.1 – A expansão das monoculturas

A modernidade e a possibilidade de alta produtividade transformaram as monoculturas e as grandes propriedades em instrumentos de transformações econômicas e de paisagens, utilizadas em massa por grandes latifundiários e por governos e por instituições que lucram com cada etapa da pesquisa e do cultivo das monoculturas, mudando a identidade de comunidades agrícolas, reduzindo o número de pequenas propriedades que resistem a pressão dos grandes produtores na busca por novos espaços de cultivo que o expansionismo agrário exige. A grande expansão na produtividade agrícola e o aumento dos campos cultiváveis estão diretamente relacionados a ocupação

e exploração das matas da região, como evidencia o mapa (mapa 2) demonstrando a gradativa redução dos espaços citados em mais de 61% em quarenta anos quanto a produtividade, podemos observar as seguintes informações abaixo.



Mapa 2 – Alterações na vegetação local 1979/2018. Fonte: elaborado por Rafael C. Bispo. 2018

Os dados do gráfico abaixo apresentado traçam um paralelo entre a produtividade do milho e da soja entre os anos de 1974 e 2017, demonstrando grande aumento na produtividade e conseqüentemente na expansão dos campos cultiváveis. Tal informação auxilia na interpretação das motivações acerca da redução das áreas de mata, demonstradas no mapa 2, visando a compreensão de tamanha alteração na paisagem local.

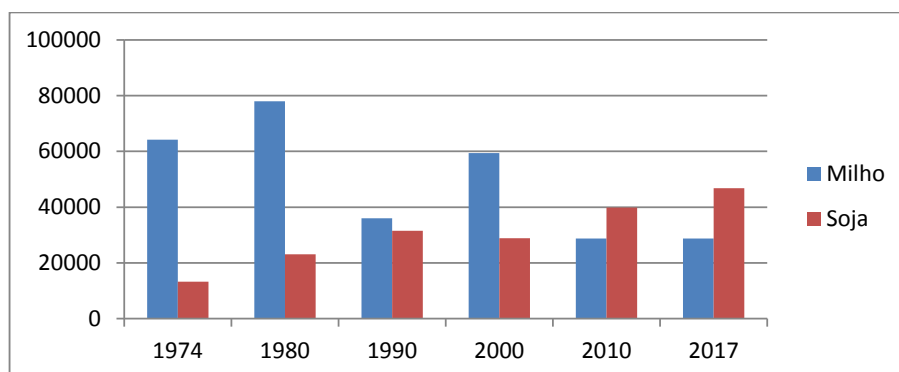


Gráfico 3 – Evolução histórica e produtividade (toneladas) do milho e da soja no município de Xanxerê-sc. Fonte: Tabelas 1612 e 6722 – IBGE – SIDRA. 2018.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas metodologias tecnológicas, o espírito capitalista imposto aos colonos, e a atuação de capital estrangeiro na região podem ser apontados como alguns dos pilares fundamentais que ditaram o ritmo e motivação da exploração desenfreada da biodiversidade local.

Os espaços que antes eram vistos como fartos, pelos posseiros, foram gradativamente reduzidos, inclusive, envolvendo nesse processo, espaços costumeiramente comunais, usufruídos, historicamente, em comunidade. Aos moradores seculares, restou a imobilidade social e a posse de alguns lotes em locais de difícil acesso e de baixa valorização comercial, alterando os modos de vida e a paisagem cabocla inseridas no local. Além dos atrativos naturais, o preço oferecido aos colonos possibilitava a compra de um espaço razoável de terra, abaixo do preço do mercado.

Segundo DEAN, 1991, p. 216 “A introdução de espécies de interesse comercial deu impulso a colonização deu impulsos á colonização durante os longos séculos em que os invasores, desvairados, se perdiam numa busca por ouro e esmeraldas.”.

O relacionamento com a terra por parte dos imigrantes de origem europeia possui uma visão capitalizada do uso dos recursos naturais, impondo um padrão ou a escolha de espécies cultiváveis visando maior obtenção de produtividade em menores espaços físicos cultiváveis aliados a ideologia de “progresso” implantada pelos grandes produtores e industriais daquela região.

A reorganização da paisagem brasileira, e a domesticação de espécies com intuito de adquirir novos recursos agrícolas, foram, no século XVIII fomentadas pelo

império, com a criação de herbários e jardins botânicos, em parcerias com sociedades científicas na busca de plantas melhores adaptadas para fornecer alternativas de plantio e colheitas de produtos para consumo local e exportação.

Com uma herança agrícola e exploratória, a inserção de novas espécies de fauna e flora no Brasil, assim como a retirada e disseminação de suas plantas endêmicas pelo mundo, nunca foi novidade, ou melhor, nunca houve um sério controle sobre o que era introduzido ou retirado dessas regiões, causando um sentimento de naturalidade nas tentativas de aclimação de novas espécies no território brasileiro.

São séries de fatores que surgem como motivadores para gerar reflexões acerca do que moveu tal expansionismo com extenso tamanho, trazendo reflexos não somente financeiros, mas organizacionais nas localidades estudadas. WORSTER, 2003, p. 37 escreve que “a natureza oferece aos humanos que ali vivem um conjunto flexível, mas limitado de possibilidades de se manterem vivos”, ilustrando o que seria de necessidades primárias de subsistência ou o conflito com a possibilidade de lucro de apenas uma parte da população com a adaptação deste ambiente para novas culturas mais rentáveis financeiramente.

O Oeste catarinense não fugiu da regra exploratória capitalista na questão agrária, onde as consequências principais estão relacionadas com as alterações da paisagem local e da reestruturação dos espaços comunais, assim como a relação com a terra por parte de diferentes levas de grupos sociais que conviveram, ora em harmonia, ora em discordância com os avanços das fronteiras agrárias.

Conforme apresentado anteriormente, a redução nos espaços de mata chega a 61,2%, enquanto a produtividade do milho e principalmente da soja, crescem exponencialmente, ampliando a necessidade de novos campos cultiváveis, alterando a paisagem local. Aliados ao crescente expansionismo tecnológico agrícola, possibilitam maiores produções em menores espaços de terra, porém, mesmo com todo avanço neste sentido, a ampliação dos campos não condiz com o expansionismo aplicado aos espaços agrários.

ABSTRACT

This research instrument is aimed at the changes that occurred in the landscape alteration in the region of the municipality of Xanxerê - SC, from the 1970s onwards, this work intends to explore the changes occurring in the local biodiversity after the installation of migrant communities, which gradually imposed significant changes in

their social and environmental configurations, driven mainly by the large-scale introduction of monocultures and the expansion of large properties, contributing to the redesign of the region's natural characteristics through the use and interpretation of satellite images, softwares, tables and data obtained through the IBGE, as well as a bibliographical survey about the colonization of the West of Santa Catarina, aiming to identify the impacts on the landscape and the local way of life resulting from this process.

Key-words: West of Santa Catarina. Colonization. Agricultural expansion. Landscape.

5 – REFERÊNCIAS

BRANDT, Marlon. *Memórias e oralidade no acesso ao uso da terra em comum no planalto de Santa Catarina*. 2012.

BRIGHENTTI, Clovis Antônio. *Processos de colonização e povos indígenas no Oeste de Santa Catarina*. In: *Colonização, conflitos e convivências na fronteira do Brasil, da Argentina e do Paraguai* / organizado por Delmir José Valentini e Valmir Francisco Muraro. Porto Alegre, Letra&Vida. Chapecó. 2015.

CORAZZA, Gentil. *Fronteira Sul: traços da formação econômica* in: Paulo A. *História da Fronteira Sul*. VALENTINI, Delmir José, ZARTH, Paulo, Org: Porto Alegre: Ed. Letra e Vida: Chapecó: UFFS. 2015.

DEAN, Warren. *A Ferro e fogo: A História e a Devastação da mata brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GERHARDT, Marcos e NODARI, Eunice Sueli. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* > disponível em <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/v.5, n.3, jul.-dez. 2016> • p. 54-71.

MORETTO. Samira Peruchi. *Hist. R., Goiânia*, v. 22, n. 2, mai./ago. 2017, p. 107-108.

RENK, Arlene e WINCKLER, Silvana. *Para uma biografia da pequena propriedade rural no Oeste catarinense*. *História, Debates e Tendências*, v. 17 n.2 jul/dez 2017, p. 301-319.

RENK, Arlene. *A luta da erva – Um ofício étnico da nação brasileira no Oeste catarinense*. Argos, 2^a Ed. Chapecó, 2006.

WORSTER, David. *Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história*. Ambient. soc. vol.5 no.2. Campinas, 2003.